

A IMPORTÂNCIA DA ÁREA CENTRAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO E ANÁLISE DA CIDADE: EM DISCUSSÃO O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

*THE IMPORTANCE OF THE CENTRAL AREA AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE
ANALYSIS AND UNDERSTANDING OF THE CITY: DISCUSSION THE PROCESS OF
SOCIOSPATIAL SEGREGATION*

João Manoel de Vasconcelos Filho¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo a discussão da Área Central na perspectiva de analisá-la como um instrumento teórico-metodológico relevante na construção de reflexões, olhares e leituras sobre a cidade. Nesse sentido, o estudo do processo de segregação socioespacial tomou uma direção referenciada pela presença de atividades comerciais e de serviços, bem como seus usos e localizações distintas atendendo em primeiro plano a uma camada social privilegiada. Mostrou-se que a elite dominante na cidade cria seus próprios centros de negócios e serviços, institui o direcionamento das políticas públicas urbanas, conduzindo assim, de maneira a lhe interessar, o processo de produção e de reprodução do espaço urbano. Buscou-se com isto trazer à tona uma discussão sobre a cidade projetada nos diferentes níveis sociais na perspectiva do exercício de poder que a classe dominante mantém e que se expressa, principalmente, na sua capacidade de consumo, de domínio e de articulação que constrói com o espaço urbano e por seu turno com a cidade.

Palavras-chave: Área central, segregação, espaço, comércio e serviços.

Abstract

This work has for objective discussion of the Central Area in the perspective to analyze it as an instrument of theoretical and methodological relevant in the construction of reflections, looks and readings on the city. In this sense, the study of the process of social and spatial segregation took a direction referenced by the presence of commercial activities and services, as well as its uses and different locations given in the foreground to a privileged social layer. It was shown that the ruling elite in the city creates its own business centers and services, establishing the direction of urban public policies, thus leading, so that interest you, the process of production and reproduction of urban space. Sought with this bring up a discussion about the city designed in the different social levels in the exercise of power perspective that the ruling class maintains and which is expressed mainly in its ability to consumption, domain and link building with urban space and in turn with the city.

Keywords: Central area. Segregation. Space. Trade and services.

¹Professor Doutor Adjunto do Departamento de Geografia (CERES/CAICÓ/UFRN). E-mail: vasconfilho@gmail.com

1. Introdução

A importância da Área Central da cidade é um tema já bastante discutido por vários geógrafos e outros pensadores que se preocupam em estudar a sociedade no espaço urbano. Entretanto, isto não significa dizer que não há lacunas ou possibilidades de se construir novas análises, novos pensares e leituras sobre a cidade e seu espaço imediato. Entende-se, portanto, que a sociedade não sendo estanque, não permanecendo na inércia, requer constantes análises. Com efeito, a produção do conhecimento científico, na perspectiva das complexas relações existentes entre as atividades de comércio e serviços e o movimento traçado pela sociedade, tornou-se uma necessidade constante.

É nessa perspectiva que esse estudo se preocupou em trabalhar o processo de segregação socioespacial tomando como referência a produção contraditória do espaço urbano que se manifesta em diferentes níveis de atividades de comércio e serviços, evidenciando que a camada social dominante cria seus próprios espaços, seletivizando o consumo e o uso da cidade. Assim, a cidade é produzida em fragmentos, uma espécie de estratificação socioespacial, gerando conflitos e lutas pelo espaço.

Viu-se assim que o poder de mando e domínio sobre o espaço é uma condição ímpar para o controle da sociedade, estabelecida pelas elites dominantes, em seu movimento de articulação com o Estado e com os promotores imobiliários, que juntos atendem às necessidades dessa parcela privilegiada, deixando de fora uma ampla maioria. É assim que se a cidade é produzida, é pensada, é idealizada.

Num primeiro momento a preocupação pauta-se em demonstrar a importância da Área Central para a análise e compreensão da cidade levando em consideração, principalmente, as determinações da sociedade, se propondo ir além da visão do mercado. E no segundo momento, buscou-se estudar e analisar o processo de segregação socioespacial a luz das atividades de comércio e serviços. Nesse sentido, a discussão enfatizou o papel das elites urbanas no comando das direções da expansão urbana e no controle do espaço urbano exercido pelo seu consumo, pelo seu poder, em criar e recriar espaços e assim produzir novas lógicas na cidade.

2. A importância da área central e suas contribuições para a compreensão e análise da cidade

O final do século XIX pode ser considerado um referencial importante no que diz respeito às mudanças ocorridas no núcleo central das cidades. Segundo Corrêa (2005), tais mudanças estão associadas a uma série de fatores de ordem econômica, demográfica, espacial,

social, política e cultural. Ocorreram de forma simultânea sendo consideradas, portanto, o reflexo e o condicionamento do modo de produção capitalista em desenvolvimento.

Com o avanço da sociedade capitalista no espaço urbano, gerando adensamentos e concentrações, não só de pessoas, mas também de atividades de comércio e serviços, somando-se aos sinais de modernização no sistema de transportes ferroviários, como também de trocas comerciais mais intensas nas zonas portuárias, a partir de uma maior tecnificação dos portos, constataram-se profundas mudanças no uso, valores e significados dos antigos centros. Ele deixa de ser um lócus de moradia para as classes alta e média e ao invés das casas suntuosas, agora se registram atividades comerciais e de serviços, bem como moradias de baixo *status* social, a exemplo dos cortiços.

É interessante observar que as mudanças ocorridas na Área Central da cidade são a um tempo estrutural e conjuntural. Projeta-se na sociedade de forma distinta, respondendo também as diferenças de classes sociais que, por seu turno, cria formas e funções espaciais desiguais. Sendo, portanto, o espaço urbano reflexo e condicionante de tais mudanças. Com efeito, as classes sociais distintas assimilam e são atingidas diferencialmente a cada mudança observada.

Buscar entender a cidade a partir dessas reflexões e considerações, ou seja, tomando como referencial a Área Central da cidade e sua centralidade exercida, demonstra na leitura de Spósito (1991), um avanço nas discussões de base teórica-metodológica na geografia, notadamente na década de 1970, influenciada pela tradição francesa. No caso brasileiro, tais estudos ganham mais visibilidade no começo dos anos de 1980.

Entende-se, portanto, que a relevância pauta-se na superação de estudos de caráter estruturalista-funcionalista para se desdobrar, a *posteriori*, em pesquisas que atribuíssem um conhecimento mais profícuo acerca das especificidades e totalidades que permeiam as categorias espaciais.

É também por alcançar questões de natureza social, discutindo e procurando entender a sociedade em seu contexto, extrapolando a circunscrição ou os limites impostos pela lógica, que se respalda os estudos relacionados à Área Central da cidade. Desse modo, procura-se compreender a sociedade em seu conjunto quando o capital atua sobre o espaço, aqui especificamente sobre a Área Central, e como seus desdobramentos e/ou resultantes se manifestam sobre o espaço urbano, bem como a cidade como um todo. Logo, se entende esse mesmo espaço como algo articulado, embora existam as descontinuidades que nesse caso, não promove uma ruptura dos acontecimentos e causas sociais.

Os estudos pós anos de 1980, procuram enfatizar a sociedade, em seus diferentes grupos sociais. Como agem, e como cada um desses grupos atua sobre o espaço, ou seja, como cada

um recebe ou criam ordens para cada grupo? Como se submetem a esses comandos? Como se revoltam? Ou como, de uma maneira geral, atuam um sobre outro, sem se esquecer que o espaço é por seu turno, produto e produtor de complexas relações sociais. Em tais estudos, o espaço deixa de ser apenas palco, ele é também participante ativo de um conjunto de relações complexas que envolvem a sociedade, o capital e o Estado.

É por essa perspectiva que a Área Central participa do movimento cotidiano da cidade em seu conjunto, se manifestando em cada lugar, através de seus comandos exercidos, ou seja, pela sua centralidade. A constatação do processo de descentralização que muitos vêem e entendem como perda de importância do centro e da Área Central, pode também ser vista como uma reprodução da influência da Área Central na cidade em sua totalidade, embora sob uma nova roupagem. Isto significa dizer que de alguma forma o centro exerce alguma influência sobre o espaço, como também, sobre a sociedade, ainda que de forma mais ou menos tênue.

A importância desse setor da cidade permanece, ultrapassa o tempo, reconfigura-se, projeta-se sobre novas formas, funções, simbolismos, valores, estruturas, criando-se, portanto, novas imagens, novos estilos, novas maneiras de viver e conceber o urbano, mas tudo partiu do centro.

[...] Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro[...] O centro só pode, pois, dispersar-se em centralidades parciais e móveis (policentralidade), cujas relações concretas determinam-se conjunturalmente [...]. Não existem lugares de lazer, de festa, de saber de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade [...] (LEFEBVRE, 1999, p. 93).

Mas poderíamos questionar e refletir porque o centro? E porque no centro? É evidente que aqui, não estamos nos remetendo apenas ao sítio original da cidade, pois que o centro pode ou não coincidir com o seu sítio precedente. Mas porque se irradiam a partir do centro, do núcleo central, da Área Central, o conjunto de ações da sociedade que resultam num frenesi cotidiano da reprodução do espaço, e produzir espaço é produzir vida, como relata Santos (1991).

Essas e outras tantas questões, efetivamente, deverão ser profundamente estudadas e analisadas se queremos exaustivamente compreender a vida nas cidades, seja na perspectiva do intra-urbano ou do urbano em sua totalidade seria, pois, uma espécie de condição *sine qua non*, para quem de fato busca entender os novos nexos, as lógicas e não-lógicas da vida urbana, e, portanto, dessa sociedade que se considera urbana.

A construção epistemológica dos estudos urbanos na década de 1980 sinaliza assim a trilha de um longo e intrigante caminho a ser percorrido e que toma a direção ou direções

sinuosas da acepção dos conflitos e contradições sociais existentes e enraizados na sociedade capitalista, logo é preciso compreender o modo de produção em seus diversos estágios, principalmente este do momento atual. Mas é também salutar investigar a sociedade desse momento e a precedente sob um olhar não da produção, mas de suas intrínsecas e complexas relações entre si e com seu espaço.

Deve-se superar a ideia de que a sociedade só pode ser pensada a partir do mercado como se ela não tivesse existência própria, é preciso ir além das imposições do mercado para melhor compreendê-la, e assim também entender mais profundamente seu espaço de vivência, que hoje está mais do que nunca adensado na cidade.

É sob esta perspectiva que Sposito (1991), procura explicar, portanto, como a estruturação da cidade ocorre levando em consideração as determinações do modo de produção capitalista vigente em cada período. Mas também enfatiza a importância dos traços culturais e sociais de cada grupo social. Estabelece ainda uma concepção dialética no entendimento dos processos sócio-econômico-espaciais que produzem e reproduzem cotidianamente de forma seletiva o espaço da cidade como um todo – o intra-urbano e o inter-urbano.

Entretanto, tomando como respaldo as análises elaboradas por Santos (2008), vê-se que a compreensão e análise do espaço urbano e também da cidade, de forma mais ampla, requer um incursionamento nas categorias espaciais, quais sejam: forma, função, estrutura e processo. Este autor ressalta que existe uma sinergia, uma espécie de relação indissociável entre tais categorias que deverão ser compreendidas a um só tempo, de forma específica, considerando a contribuição de cada uma, mas também de forma geral.

Ou seja, é preciso compreender as especificidades, particularidades da forma, função, estrutura e processo, mas também como elas estão articuladas entre si, e como estas articulações, moldam, organizam, projetam, criam e (re)criam o espaço e, portanto, a cidade em seu movimento cotidiano. Considerando ainda, suas relações íntimas com a sociedade. Se considerarmos tais elementos isoladamente, alcançaremos, portanto, realidades superficiais.

Como a classe dominante tem um maior poder de mando, certamente, esta promove, se articula e determina juntamente com o Estado e com os promotores imobiliários, as mudanças necessárias a satisfazer suas necessidades, em um espaço-tempo quase sincrônico com as exigências desta pequena parcela da população. As demais classes operam também sobre o espaço e criam suas determinações, embora com menos intensidade. Daí a geração de conflitos, pois as mudanças que atendem os interesses de uma determinada classe poderão acarretar em graves consequências para outra camada social.

É também nesta direção que no próximo item tratar-se-á de estudar as segregações socioespaciais. É preciso compreender como as distintas classes sociais promovem novos direcionamentos de crescimento urbano e, com estes, a instalação de novos equipamentos de serviços e comércio que atendam com maior fluidez suas necessidades.

3. Um debate sobre o processo de segregação socioespacial e suas articulações com as atividades de comércio e serviços

O estudo da cidade capitalista leva-nos a perceber que ela é extremamente desigual, ou seja, é constituída de segregações e estratificações que se materializam em sua paisagem urbana. Espaços diferenciados abrigam classes sociais distintas. As classes dominantes, por sua vez, possuem maior poder de mobilidade no espaço urbano, o que leva a transformar de maneira mais intensa esse espaço, enquanto os grupos sociais excluídos vão se organizando de acordo com as articulações que possuem representadas, principalmente, nas organizações civis de direitos do cidadão.

Desse modo, as associações de moradores, e outras modalidades de organizações lutam por uma melhoria da qualidade de vida na cidade. Buscam, assim, um modelo de cidade onde a justiça social se realize. A discussão que trata do processo de segregação residencial, ou seja, das diferenças do padrão de habitação, que por sua vez, está relacionado à divisão de classes e de trabalho, conceitualmente surge com a “Escola de Chicago”, primeiramente com Robert Park e a seguir com Mackenzie, que define como uma concentração de tipos de população dentro de um dado território (CORRÊA, 1999, p. 59).

Equivalente à segregação residencial existem as áreas sociais que se distribuem em três níveis, quais sejam: o socioeconômico, o da urbanização, e o étnico. Juntas, estas características originam uma tendência à homogeneização dos bairros, caminhando, desse modo, para uma segregação. Diante do exposto, percebemos que a segregação residencial da cidade capitalista está relacionada às diferenças de classes e à localização destas no espaço urbano. É neste espaço que se verifica como as classes utilizam e se apropriam de espaços localmente diferenciados. Quem pode pagar mais escolhe onde e como morar. Tudo isto está, primordialmente, fundamentado no direito de propriedade.

Nesse sentido, os grupos que detêm o poder na cidade podem escolher o padrão da residência que deseja ocupar, bem como a área onde fixará sua moradia (RODRIGUES, 1994, p. 12). Compreende-se que as transformações ocorridas no espaço urbano estão historicamente ligadas as estruturas de poder instituídas pelas classes sociais dominantes. Nesse sentido, essas classes ao instituir a terra como mercadoria descobre mais uma maneira de perpetuar seu poder

de mando, ampliando e concentrando mais capital, aprofundando a subserviência das classes menos favorecidas.

No caso do Brasil, a terra, a partir de 1850, tornou-se mercadoria. Ao longo do tempo ela vem ganhando valores elevados, e quanto mais escassa mais cara. No momento atual, fala-se em escassez de imóveis urbanos. Este é outro dado extremamente importante para o comércio de imóveis na cidade. Aliás, de uma maneira muito geral, vem se observando que morar na cidade é cada vez mais caro.

É desse modo que os grupos sociais mais favorecidos vão produzindo e reproduzindo o processo de segregação socioespacial na cidade. Estes grupos, através do poder que lhes é conferido e pelo *status* socioeconômico que ocupa na escala social, detêm o controle do espaço, através da apropriação ou da propriedade privada da terra urbana. Outra questão, que aprofunda o processo de segregação espacial é que, nem sempre quem compra um imóvel em uma área valorizada faz dele sua morada. Pelo contrário, percebe-se que tanto a construção como o comércio de imóveis se realizam muito mais pelo fato de ser o setor imobiliário um investimento de lucros altos, logo, um retorno rápido de investimento, segurança, com baixas taxas de riscos, quando comparados, por exemplo, a outros setores da economia.

Assim, as classes privilegiadas conduzem o processo de expansão urbana da cidade. O Estado por seu turno é seu grande aliado. “A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais (...)” (CORRÊA, 1997, p. 64).

Por fim, tem-se que compreender a dinâmica socioespacial da segregação. Há uma rotatividade acentuada de mudanças locacionais de certos grupos sociais. Os grupos de *status* social elevado criam condições para o surgimento de novas áreas valorizadas na cidade. Há também os casos de substituição de um grupo social por outro. Há momentos em que uma determinada área abriga um grupo de baixo *status* social e num outro momento, essa mesma área passa a ser habitada por um grupo social de poder aquisitivo mais elevado, processo denominado gentrificação. Ocorre também o movimento contrário, o que evidencia e reafirma a dinâmica socioespacial da segregação.

Pode-se, talvez, afirmar que todo espaço urbano guarda em seu interior os processos de segregação e fragmentação. Estes se apresentam de forma diferenciada, uma vez que cada sociedade à sua maneira e de acordo com o sistema produtivo se reproduz diferencialmente, ou seja, cada espaço urbano possui singularidades que devem ser consideradas. Ao que parece, os processos de segregação e fragmentação, nos remetem a questões oportunamente criadas nas

relações socioespaciais e que também passam a caracterizar na origem o que se entende por espaço urbano. Nesse contexto, estamos nos referindo aos processos de desigualdade e exclusão. Estes compõem igualmente o conteúdo do espaço urbano e são, todavia, reproduzidos constantemente.

Desse modo, a palavra segregação é entendida como ato ou ação de por à margem, marginalizar ou ainda afastar-se de algo. Já o processo de fragmentação estaria relacionado a dividir, fragmentar. Como se pode observar, os dois conceitos são muito parecidos, guardando estreitas relações. O processo de segregação surge segundo Corrêa (1997), como parte integrante dos processos espaciais. Ao falar de segregação, o autor remete especificamente à questão residencial, que por seu turno, estaria correlacionada com a reprodução da força de trabalho. A segregação seria um processo em que ocorre uma organização espacial baseada no surgimento de áreas homogêneas em seu conteúdo interno e áreas díspares em relação ao conjunto da cidade (VASCONCELOS FILHO, 2003).

As diferenças sociais entre estas áreas uniformes devem-se essencialmente ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem em pagar pela residência que ocupa. Em outros termos, as áreas uniformes refletem, de um lado, a distribuição da renda da população, e de outro, o tipo de residência e a localização da mesma em termos de acessibilidade e amenidades. Em realidade, a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista (CORRÊA, 1997, p. 131-132).

Desta forma, é através da segregação socioespacial que a divisão de classes ganha materialidade no espaço. É preciso, contudo, reconhecer que a formação ou estruturação de classes em países como o Brasil, perpassa pela altíssima concentração de rendas, mantida sob a guarda de uma elite, que nos primeiros momentos da formação territorial brasileira era aristocrata e campesina, passando posteriormente a ser uma elite fundamentalmente industrial e, portanto, urbana.

O quadro da segregação socioespacial brasileira é ainda aprofundado, notadamente, pelo nível de qualificação de nossos profissionais que tem como característica uma mão-de-obra desqualificada. Tais diferenças entre os grupos sociais são também projetadas no espaço urbano, no momento em que os grupos sociais dominantes têm direito de escolha de como e onde morar e o residual fica para aqueles que não têm acesso à terra urbana e nem à habitação, dois produtos extremamente caros no âmbito do modo capitalista. As áreas segregadas podem ser também consideradas como aquelas que reúnem grupos sociais que possuem certa homogeneidade no tocante ao consumo, às expectativas de vida, às concepções e idealizações de mundo, a valores construídos e que são compartilhados entre si.

Há, portanto, uma reprodução contínua das relações sociais que distingue os grupos sociais que residem em áreas que possuem localização privilegiada na cidade, acesso fácil aos serviços, equipamentos de uso coletivo e infra-estrutura urbanos, amenidades e outros componentes que dão mais conforto e facilitam a vida urbana. Eles se diferenciam também por adquirir e manter o hábito de frequentar as melhores escolas, os melhores serviços privados de saúde, as grandes redes de hipermercados, as lojas de produtos de luxo e outros serviços especialmente destinados a um público mais seletivo, do ponto de vista da condição socioeconômica.

Talvez o processo mais notável de produção do espaço sob o comando das camadas de mais alta renda seja a inter-relação que elas e seus bairros residenciais mantêm com os centros principais. Quanto mais essas camadas se concentram em determinada região da cidade, mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos. Quanto mais conseguem, mais vantajosa essa região se torna para aquelas camadas e mais difícil se torna, para elas abandonar essa direção de crescimento (VILLAÇA, 2001, p. 321).

Este comportamento, apresentado por um grupo social dominante, indica que cada vez mais se busca selecionar e eleger alguns espaços da cidade construídos para satisfazer os desejos deste grupo e que, por seu turno, atende em última instância aos desígnios do capital num insistente movimento de acumulação. Tudo o que é construído no espaço urbano está relativamente afeto a uma demanda de um determinado setor da sociedade. Esse movimento, traçado pelas classes privilegiadas, constrói uma espacialidade segregada que é reproduzida no cotidiano da cidade. Essa maneira de viver faz com que a cidade e seu espaço urbano reproduzam o comportamento de um determinado grupo. O capital, sabendo disso, transforma a cidade em um grande negócio.

Ao discutir a segregação socioespacial Villaça (2001) respalda-se nas áreas da cidade que abrigam atividades de comércio e serviços, bem como da infra-estrutura projetada para atender a demanda das classes dominantes, observando a estreita relação que esta classe mantém com o centro principal. Demonstra assim que a partir do domínio que mantém sobre o espaço, a burguesia cria as condições estruturantes para que a implantação de vias de acesso possam dar maior fluidez no que diz respeito à circulação de mercadoria e, pessoas, como também uma celeridade na oferta de serviços, este, principalmente, permeado pela ótica das modernas tecnologias.

Nesses casos elas procuram trazer para perto de si seu comércio, seus serviços e o centro que reúne os equipamentos de comando da sociedade – e isso não por razões simbólicas ou de status, mas pela razão muito prática de que elas o frequentam intensamente e nele exercem muitos de seus empregos.

Revolucionam o centro principal, produzem “centros expandidos”, o “seu” centro e o centro “dos outros” (VILLAÇA, 2001, p. 329).

Sendo assim, o domínio sobre o espaço exercido pela burguesia vai proporcionar a esta classe um poder de mando que extrapola os limites de suas áreas homogêneas socialmente, alcançando a cidade como um todo. É por este viés também que as políticas públicas dirigidas à cidade submetem-se, em primeira instância, a apenas uma parcela da cidade, privilegiando os interesses dessa classe em detrimento de uma ampla maioria. A burguesia na verdade cria dentro da cidade uma outra cidade que acredita ser apenas sua, embora a outra cidade (real), também esteja submetida aos comandos da burguesia.

Um importante referencial para o estudo dessa espacialidade segregada na cidade seria tomá-la também a partir do surgimento dos subcentros. Sabe-se que estas áreas estão relacionadas à saturação dos centros antigos e a outros problemas de deslocamentos, observados com a expansão da cidade.

De acordo com Villaça (2001), os subcentros podem ser considerados aglomerações diversas e equilibradas de comércio e serviços que se encontram localizados fora do centro principal de negócios. Tais atividades passam a se localizar em bairros que há algum tempo possuíam e/ou eram marcados por uma função residencial. Estes espaços se caracterizam por abrigar bancos, escolas, clínicas, cinemas, consultórios, restaurantes e bares que no passado só eram registrados no centro principal.

Tais serviços se transferem para os bairros formando um subcentro para atender a população local, que já não necessita, com tanta frequência, de se deslocar até o centro da cidade. Este por sua vez, serve de complemento as atividades desenvolvidas no centro. Representa em tamanho reduzido uma parte do centro e concorre com este, mas não se iguala. O subcentro se diferencia por atender apenas uma parcela da cidade já o centro cumpre o papel de atender a demanda de toda a cidade e também uma área de influência de sua região imediata. Há também subcentros que se especializam, por exemplo: material elétrico, hidráulico, óticas, produtos eletrônicos, dentre outros.

Percebe-se assim, que a participação das atividades de comércio e serviços no processo de reprodução do espaço urbano tem se manifestado na paisagem da cidade de diversas formas com conteúdos sócio-espaciais distintos, que se expressa nas contradições sociais, ou seja, numa espacialidade segregada. Os autores são acordes em afirmar que esse processo de ampliação, portanto, de reprodução do espaço urbano tem sido motivado, dinamizado por empresas que lidam com as várias atividades que compõem o quadro econômico urbano, notadamente, comércio e serviço. Os subcentros se inserem nesse aspecto a partir do momento

que seu surgimento evidencia, dentre outros aspectos, a ampliação do espaço urbano e a importância que os setores econômicos apresentam para a análise e compreensão da reestruturação do intra-urbano bem como de sua reprodução desigual. Nesse sentido, (SPOSITO, 1991, p. 4), questiona, a partir do trabalho de Cordeiro:

Podemos designar como expansão do centro a forma como as atividades consideradas tipicamente centrais (comércio e serviços), vem se relocando no interior das cidades, tanto a partir da dimensão que as atividades têm atingido no processo de metropolização, como a partir da dimensão/nível de capitalização e expansão da área de atuação das grandes empresas dos setores comercial e de serviços? (SPOSITO, 1991, p. 4).

Em outro momento pode-se constatar os vários indícios de que assim como os subcentros o desdobramento do núcleo central de negócios é também um indicador desse processo de expansão do urbano, gerando uma poli(multi)centralidade. Logo, evidencia uma espacialidade socioeconômica segregada onde surgem. Com efeito, tem-se, por um lado, os subcentros, que em sua maioria, abrigam atividades que são utilizadas pelas classes populares, enquanto o desdobramento do núcleo central responde muito mais aos interesses da burguesia dominante.

É também por essa perspectiva que se atesta os distintos usos determinados pelas classes sociais, que também vão ocupar distintamente o intra-urbano e o espaço como todo. “[..] À medida que há distintas atividades e distintos níveis sociais ligados a estas atividades, esta divisão se espacializa e, ao espacializar-se, tem a um só tempo, elementos de diferenciação, tanto a nível social como espacial”. (SPOSITO, 1991, p7)

Esta autora reafirma ainda, por diversas vezes, que o crescimento populacional das cidades provocava uma expansão das áreas centrais, sendo assim, nas cidades grandes e metrópoles o processo de expansão do centro foi acompanhado do surgimento dos subcentros, em função de um crescimento territorial da cidade que não foi acompanhado de um sistema de vias de acesso e de transporte com a realidade que se avultava.

A título de exemplo Bezerra e Araujo (2007), ao trabalhar o processo de reestruturação do espaço intra-urbano culminando numa poli e multi centralidade na cidade de João Pessoa, comentam que a feição multicêntrica está associada “ao aumento do número de áreas centrais, em função do aparecimento e multiplicação de subcentros (já que as cidades estão mais extensas e descontínuas territorialmente), de eixos comerciais e de serviços especializados ou não e de *shopping centers*” (SPOSITO, 2004, p.375 apud BEZERRA E ARAUJO) Do mesmo modo, Alves e Ribeiro Filho (2009), enfatizam a reestruturação do espaço urbano de Uberlândia, a partir dos processos de centralização e descentralização.

No caso de João Pessoa, um dos exemplos mais emblemáticos de subcentros seria o conjunto residencial Mangabeira, que abriga uma sólida estrutura de comércio e serviços que atende não apenas seus moradores, mas uma quantidade significativa de conjuntos residenciais que surgiram em suas adjacências, a exemplo de: Valentina Figueiredo, José Américo, Cidade Verde, Água Fria, Cidade do Sol, dentre outros. Ou seja, atende a demanda de uma população de mais 150 mil habitantes. Finalmente se faz necessário considerar a importância dessas novas centralidades.

Assim, é preciso avaliar esta descentralização, porque não revela dispersão ou distribuição das atividades tradicionalmente centrais pela cidade, mas, ao contrário, revela novas formas de centralidade. Ao negar a concepção de centro único e monopolizador, recria a centralidade, multiplicando-se através da produção de novas estruturas que permitem novas formas de monopólios, porque (re)especializam e (re)espacializam as atividades comerciais e de serviços, reproduzindo em outras áreas da cidade as condições e qualidades centrais. (SPOSITO, 1991, p. 13)

Como foi visto o processo de segregação socioespacial se manifesta de diversas formas, desde o padrão residencial até as estruturas de comércio e serviços, sem esquecer do direcionamento da implantação das políticas públicas que obedece a determinação da classe dominante, aquela que de fato exerce o poder sobre a cidade. A segregação vai desse modo, ganhando dimensões que alcançam a vida urbana como um todo. Isso ocorre não apenas nas residências de alto padrão e nos prédios luxuosos, mas está presente também nas ações e nos objetos construídos que aqui já foram relatados. Nos corredores da cidade, em cada lugar, a segregação é cotidianamente reproduzida. O entendimento da construção da sociedade brasileira desde os primeiros momentos de sua institucionalização se faz necessário, para compreendermos os processos de degradação socioespaciais aqui elencados.

No Brasil o processo de segregação socioespacial manifesta-se nas discrepâncias gigantescas existentes entre as mais altas classes sociais desse país e aqueles que vivem em níveis de miséria, principalmente na cidade. Essa forma de dominação de uma classe sobre a outra é uma maneira de manter o processo de subordinação entre as classes sociais, resultando em um aprofundamento do desequilíbrio social.

O problema da exclusão na sociedade brasileira trabalhada por José de Souza Martins (1997) toma um caminho diferente, pois para o autor, a princípio, não existiria exclusão propriamente dita, mas sim a inclusão marginal de um determinado grupo nas relações sociais e no processo produtivo, gerando contradições e diferenciações entre grupos.

Não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua

revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva (MARTINS, 1997, p. 14).

De acordo com a análise do autor, a exclusão seria um termo vago que ofusca a realidade. Ao falar de exclusão, perde-se o horizonte e as origens dos problemas gerados pelas relações sociais desiguais. É um rótulo que mascara a realidade e desvirtua as especificidades de cada problema social. Por isso o autor aconselha que seria melhor discutir o problema a partir da apreensão da “ideia sociológica dos processos de exclusão” (Ibid., p. 16).

Ao afirmar que a exclusão é um processo que deixa de fora os grupos sociais de menor poder aquisitivo, comete-se um equívoco. Para Martins (1997, p. 17), estes grupos se inserem no movimento de produção sob uma condição submissa de “reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicuem nem protestem em face de privações, injustiças, carências”. Este processo pode ser considerado também apenas um recorte da percepção do que nos é apropriado e/ou negado.

Desse modo, tomando por referência a visão de José de Souza Martins, a exclusão se realizaria concretamente na privação de um conteúdo voltado para o desenvolvimento social, como emprego, liberdade, direitos do homem, bem-estar, participação no mercado de consumo, as esperanças. O autor completa seu modo de perceber a exclusão dizendo, em trocadilho, que a “privação hoje é mais do que econômica. Há nela, portanto, certa dimensão moral” (Ibid., p. 18).

Assim, é forjada também uma nova concepção de homem moderno que segue o caminho determinado pelas elites que comandam esse país. Imitar torna-se assim uma obrigação para aquelas classes que querem ingressar no fantasioso mundo proposto pelos que detém o poder. Assim, é através do consumo dirigido que esse fato se torna realidade na cidade.

Faz parte do cotidiano do espaço urbano e da vida urbana no momento atual a tendência de copiar modelos que é ensejado pelo consumo dirigido cujas normas são ditadas e prontamente obedecidas. A imitação busca mascarar a desigualdade, quando cria no outro uma falsa expectativa de chegar a ser alguém que ocupa um lugar privilegiado na escala social. A desigualdade continua quando se percebe que as oportunidades e possibilidades são verdadeiramente distintas em relação às classes. O que representa a contínua reprodução no espaço urbano, da desigualdade, do processo de exclusão social, - ou inclusão precária -, da segregação e da fragmentação, definindo por seu turno o caráter do espaço urbano, essencialmente das cidades da periferia do capitalismo.

Esses processos que se manifestam nos grupos sociais respondem, em última instância, aos movimentos desejanos do capital. Contraditoriamente os grupos acabam referendando e consolidando as estratégias capitalistas de manutenção de uma ordem estabelecida. Isso converge para o esfacelamento das relações de um determinado grupo com o seu entorno, o lugar. Perde-se com isso a identidade, as raízes, o reconhecimento. Este não é mais o lugar onde se reproduzem os desejos interiores do grupo. As modificações ocorrem segundo uma ordem externa pré-estabelecida, e indiferente ao grupo. Na verdade Martins (1997) nos ensina que o sistema capitalista não poupa ninguém.

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está nessa inclusão (MARTINS, op. cit., p. 32).

Percebe-se, dessa forma que, esse tipo de inclusão possui um efeito desintegrador, que não é apenas unilateralmente econômico, mas principalmente por ter o poder de esfumar a dignidade e a moral humanas. Este processo tem se firmado na vida de grande parte da sociedade brasileira e tem contribuído para acentuar e perpetuar a dominação de uma determinada classe social em detrimento de outra. Nesse contexto, é interessante observar ainda, como o sistema capitalista interfere em todas as instâncias da vida social, se apropriando e invadindo os mais variados sentimentos, atos e desejos da sociedade, transformando as relações entre as pessoas e estas com os lugares.

4. Considerações Finais

É oportuno salientar o nível de complexidade no estudo da cidade a partir das atividades de comércio e serviços, partindo da importância, da representatividade, de sua área central em relação ao conjunto da cidade. Como é perfeitamente possível discutir os vários problemas e questionamentos que compõem o quadro urbano, a vida urbana, tomando como referência as intensas articulações existentes entre o processo de segregação socioespacial que se cria e recria constantemente, com os setores de comércio e serviços.

Percebe-se assim, como foi salutar as transformações de ordem teórica-metodológica que se preocupou e se propôs a um avanço, a um aprofundamento das discussões e análises que permeiam a cidade, tendo como base de sustentação a sociedade e seu espaço. E como estas

categorias estão e deverão permanecer articuladas para quem se propõe estudar o urbano e com ele a cidade.

Assistiu-se, portanto, que os estudos pós anos de 1980, culminando no momento atual deram um salto no sentido qualitativo de suas análises, tornando-as muito mais profícua, no instante que se propõe ultrapassar os limites impostos pelo mercado, embora não se desconsidere aqui sua relevância, pois isto seria uma negligência. Mas antes de tudo o avanço de tais estudos pauta-se no próprio movimento que a sociedade traça em seu cotidiano, produzindo espaços e lugares. Construindo e reconstruindo suas lógicas, suas subordinações.

O consumo seletivo das camadas de alta renda, a partir deste poder que é pré-estabelecido é digno de nota, pois que promovem profundas mudanças na expansão desse espaço, cada vez mais urbano, mas também cada vez mais problemático. Viu-se assim, a extrema relevância da área central da cidade, pois que é a partir dela que se dá os desdobramentos da cidade. Tais desdobramentos são sempre coordenados por uma teia de relações que envolvem o poder das elites dominantes, o Estado, o Capital e os promotores imobiliários.

Assim, a proposta de buscar evidenciar o processo de segregação socioespacial, tomando como sustentação teórica-metodológica a importância da área central e suas continuidades e descontinuidades se mostrou profundamente relevante na análise e reconhecimento dos diversos problemas, questionamentos e reflexões que se fez sobre a cidade e a sociedade considerada urbana.

5. Referências

ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. A (re)estruturação do espaço urbano de Uberlândia – MG: uma análise a partir dos processos de centralização e descentralização. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n.1, p. 170-184, jan. 2009.

BEZERRA, Josineide da Silva; ARAÚJO, Luciana Medeiros de. Reestruturação e Centralidade: Breves notas sobre a cidade de João Pessoa. **Revista Urbana**. CIEC/UNICAMP Ano 2, nº 2, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Área Central – mudanças e permanências: uma retrospectiva. In: **Anais – IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Cidades: Territorialidade, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus-AM, 18 a 21 de outubro de 2005. (Disponível em CD-ROM)

_____. **O espaço urbano**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Trajетórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** (Trad. Sérgio Martins). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** 5ª edição. São Paulo: Contexto, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp, 2008.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana.** In: Revista de Geografia, São Paulo, v110, p. 1-18. 1991.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2ª edição São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

VASCONCELOS FILHO, J. M. de. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa:** a atuação dos agentes imobiliários. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2003.